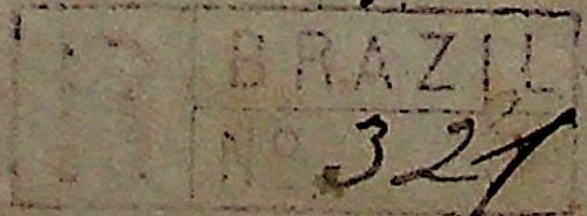


Illm. Exm. Sr.

Antonio Moraes Barros

D. Deputado ao Congresso em



S. Paulo



05/000315

Fazenda Rio das Pedras, 6 de fevereiro, 1911.

CAMPINAS

Exm. Sr. Dr. Moraes Barros.

Meu caro amigo:

Perdoe-me não haver respondido immediatamente á sua carta de 27, recebida em 30 de janeiro. Esta demora corre por conta da minha saude, que, não obstante a excellencia dos ares e o carinhoso gasalhado, não me tem sido boa.

A sua consulta demandaria reflexão e estudo, a que, agora e aqui, me não posso dar. Mas, ainda expondo-me aos azares de um juizo de primeira intuição, não o posso recusar a um amigo, de quem sou tão captivo.

Vae, pois, com todas as reservas e reservas, o parecer, que ora se me offerece. O meu caro collega me desculpará, com toda a sua benevolencia, a fraqueza e magrem, de que se resente. Dal-o-ei, seguindo a ordem traçada pela dos seus tres quesitos.

Não creio que, antes os principios do nosso pacto federal, incorra em inconstitucionalidade o systema da escolha dos chefes de Estado pela eleição indirecta, sob qualquer forma, especialmente a que entrega esta funcção ao congresso legislativo.

Pela eleição indirecta se determinava a selecção do presidente da republica no projecto constitucional do Governo Provisorio, que na ausencia, particularmente quanto ás

normas democraticas do regimen, nos diversifica da constituição actual.

Pela eleição indirecta se opera a nomeação do presidente da republica nos Estados Unidos, cuja constituição nos se inspira e molda menos do que a nossa nos principios da verdadeira democracia.

Pela eleição indirecta, commettida precisamente ás duas camaras da legislatura, se elege o presidente da republica em França, onde impera absolutamente, em toda a sua extensão, a democracia, mediante o suffragio universal, de que nós possuimos apenas o mais triste arremedo.

E tanto a nossa constituição, bem longe de se divorciar destes modelos, com elles se afina e consona, até na sua letra, que, no caso de [redacted] nenhum dos candidatos á presidencia reunir maioria absoluta de votos populares, é o congresso nacional quem, dentre os dois mais votados, elegerá o chefe da nação. (Art. 49, § 2º)

A constituição hespanhola estabelece (art. 70) que os electores todos os cidadãos maiores de 21 annos, legalmente alistados. Mas tanto esta fórmula, em si mesma, nos explica o suffragio indirecto, que, para assegurar o systema contrario, foi mister a declaração explicita

dos arts. 28, 30 e 47, preservando o voto directo para a eleição dos membros do congresso e do presidente da republica. Donde se vê que ella não entrava em contradicção comsigo mesma, se, mantendo, no art. 90, o suffragio universal, adoptasse, reformando os arts. 28, 30 e 47, o suffragio indirecto para a escolha dos membros do congresso e do chefe do poder executivo. E' o que occorre, quanto ao provimento electivo deste cargo e ao do presidente da republica, á constituição americana, sem que ninguem, por isso, lhe irrogasse a tacha de undemocratica ou inconguente.

Ora os Estados não são obrigados a copiar nas suas constituições a constituição federal. Logo, se o art. 63 desta exige que ellas "respeitem os principios constitucionaes da União", o que lhes impõe esta clausula, é não admittirem constituição, que com os principios constitucionaes da União sejam incompativeis ou inconciliaveis. Ora o principio do suffragio universal não se oppõe ao de eleição indirecta no provimento de certas magistraturas electivas, sinão que, como nol-o attesta o exemplo americano e o francez, o do presidente da republica. Portanto, da que o presidente da republica, entre nós, seja nomeado por voto directo, não se conclue que, fazendo eleger por votação indirecta o seu presidente,

uma constituição do Estado infrinja este «princípios constitucionaes da União», cuja observancia o art. 63 assegura.

Será, porém, de bom conselho operar, «nesta actualidade politica», essa mudança?

Eis a sua segunda pergunta.

Opino em que não.

Para vale no Brasil o suffragio popular. mas não vê se o das nossas assembléas parlamentares valerá mais.

Com o suffragio popular na eleição presidencial assistimos no paiz, o seu posto, ao espectaculo de uma grande lucta, de um grande movimento nacional. Delle fomos vencedores, com o povo. E onde nos venceram? Onde nos esbulharam da nossa victoria? Juntamente na congresso, Glde, dominado por um grupo de aventureiros, affrontou a nação, annullou o voto popular, e espoliou o eleito do paiz.

Se a constituição lhe houvesse confiado a missão de eleger o presidente da republica, o congresso não teria precisão de commetter este crime. O unico aventureiro seria o seu. mas teriamos visto a nação ergueida nesta reacção admiravel. Uma serie parlamentar de algumas horas consummaria a entrega do paiz ao candidato da espada. Ao menos, com a eleição popular, ainda que

ludibriada e burlada, tiveram a vantagem
de obrigar o attentado a rasgar o voto da nação,
supplantar a lei, e reinar pela força, com um
encargo que deixou moralmente morta a sua
creatura.

O caracteristico «desta actualidade poli-
tica" é a oligarchyação geral do paiz. Era a
acção oligarchica se facilitaria immensamente,
incumbindo-se aos congressos a eleição dos gover-
nadores. O partido d'elle de S. Paulo,
todos os oligarchas se apressariam em explorar
o prestigio dessa exemplo, que, para logo ge-
neralisado, consummaria, na parte morta
do paiz, a bemaventurança dos oligarchas,
e os estenderia rapidamente aos outros Estados,
ainda não de todo corruptos.

O seu ultimo quesito inquire se
o systema da eleição do chefe do Estado se
poderá deixar á mercê do legislador ordiná-
rio, ou deve continuar vinculado ao tex-
to constitucional.

Aqui supponho nos haver aos con-
sideranda, para hesitar. A materia per-
tence ao tecido organico da lei fundamen-
tal. Das as constituições que fixam, por
toda a parte, o systema de escolha do
chefe do poder executivo. Nada acorre-

Fazenda Rio das Pedras
CAMPINAS

Haria espaço-se um interesse de grandeza capital como este á sorte da cabala política ou das vicissitudes ordinarias dos partidos e das assembléas. Demais, numa constituição como a paulista, onde se consagrou a revisibilidade periodica da lei fundamental, mediante o seu exame de dez em dez annos, mas ha risco de que, verificada a inconveniencia real de um systema, tarde muito a opportunidade em ser attendida nas suas lições.

Ahi tem vossa mercê, os meus humildes impressões acerca da questão. Não ouvi sobre ella a ninguem, nem a estudei. Vae tudo ao correr da penna. Só o debate e a competencia das autoridades poderão mostrar se estou, ou não, em erro.

Com a maior sympathia e estima,
Vosso am.º e coll.º obr.º

Ruy Barbosa